



OPTIMIZE

Investment Partners

Relatório e Contas

**OPTIMIZE EUROPA VALOR
FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO FLEXÍVEL
PERÍODO FINDO EM**

30 DE JUNHO DE 2017

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade no 1º Semestre de 2017	4
1.2	Características principais do Fundo.....	9
1.3	Evolução do fundo	10
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	14
2.1	Balanço em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.....	15
2.2	Demonstração dos Resultados em 30 de Junho de 2017 e 2016	16
2.3	Contas Extrapatrimoniais em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.....	17
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.....	18
3	Divulgações	19
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras	20
4	Certificação das Contas.....	28

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade no 1º Semestre de 2017

MERCADOS FINANCEIROS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

ROBUSTEZ DA ECONOMIA GLOBAL

As principais regiões económicas têm apresentado progressos significativos da sua atividade refletindo-se no fortalecimento dos indicadores de PMI de serviços e na manufatura. Estes dados, aliados aos referentes ao emprego, confirmam a expansão da economia global a um ritmo ligeiramente superior ao antecipado. Adicionalmente, ao longo do semestre verificou-se um desanuviamento das tensões políticas na Europa após a vitória do pró-europeísta E. Macron, derrotando candidatura anti-euro liderada por Marine Le Pen. O tão badalado artigo 50, foi acionado em Março pelo Reino Unido, iniciando desde então as negociações para a sua saída da União Europeia. Nos EUA, perante a conjuntura atual, a Reserva Federal Americana, subiu por 2 vezes a taxa de juro diretora situando-se atualmente no intervalo 1%-1.25%. Apesar das tensões políticas e financeiras criadas pelos tweets e declarações do presidente D. Trump, o mercado integrou uma melhor compreensão do funcionamento do sistema governamental americano face às disrupções do presidente. Os limites impostos ou antecipados a várias iniciativas do seu presidente induzem consequências positivas, no que toca por exemplo aos riscos de disrupção no comércio com os seus principais parceiros económicos (México, China, Alemanha,...), mas também negativas, pondo em causa as antecipações de reformas fiscais e de investimento público. O risco de uma ação com consequências geopolíticas fortes mantem-se, nomeadamente nas relações com a Coreia do Norte ou o Irão, dado a ausência de controlo parlamentar a-priori nesta matéria.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	+3.4 %	+3.5 %	+3.4 %	+3.1 %	+3.5 %
Zona Euro	-0.3 %	+1.2 %	+2.0 %	+1.7 %	+1.7 %
Alemanha	+0.6 %	+1.6 %	+1.5 %	+1.8 %	+1.6 %
França	+0.6 %	+0.6 %	+1.3 %	+1.2 %	+1.4 %
Itália	-1.8 %	0.1 %	+0.8 %	+0.9 %	+0.8 %
Espanha	-1.7 %	+1.4 %	+3.2 %	+3.2 %	+2.6 %
Portugal	-1.1 %	+0.9 %	+1.6 %	+1.4 %	+1.7 %
Estados Unidos	+1.7 %	+2.4 %	+2.6 %	+1.6 %	+2.3 %
Canada	+2.5 %	+2.6 %	+0.9 %	+1.4 %	+1.9 %
Japão	+2.0 %	0.3 %	+1.2 %	+1.0 %	+1.2 %
Reino-Unido	+1.9 %	+3.1 %	+2.2 %	+1.8 %	+2.0 %
China	+7.8 %	+7.3 %	+6.9 %	+6.7 %	+6.6 %
India	+6.5 %	+7.2 %	+7.9 %	+6.8 %	+7.2 %
Brasil	+3.0 %	+0.5 %	-3.8 %	-3.6 %	+0.2 %
Rússia	+1.3 %	+0.7 %	-2.8 %	-0.2 %	+1.4 %

Fonte: FMI

Os mercados emergentes apresentam a mesma tendência de crescimento, impulsionados pelas exportações assim como pelo consumo doméstico, não obstante da instabilidade política na África do Sul após nova demissão de um ministro das finanças e no Brasil com o seu presidente M. Temer envolvido por sua vez ao processo Lava-Jato. Na atual conjuntura, os principais Bancos Centrais deverão continuar a sua política de redução progressiva de estímulos, perante indicadores a indicarem níveis de inflação próximos das metas pretendidas.

AÇÕES: BONS DADOS EMPRESARIAIS

Após um final de 2º semestre 2016 instável, perante a inesperada eleição do presidente americano D. Trump, o 1º semestre de 2017 iniciou com o mercado a alternar entre a euforia com os programas de investimento público e estímulos fiscais anunciados e preocupação com o aumento dos riscos inerentes às medidas protecionistas. Durante o semestre, os excelentes dados macroeconómicos e os resultados empresariais, tendo na sua maioria ultrapassado as expectativas, criaram algum otimismo nos mercados acionistas que renovaram máximos na maioria das praças.

Assim, o Eurostoxx 50 terminou o semestre a ganhar 4,6%, com países como a França e a Alemanha valorizaram 5,3% e 7,4% respetivamente. Neste período o maior destaque vai para os desempenhos dos países periféricos, como Espanha e Portugal (11,7% e 10,12% respetivamente), apresentando uma recuperação face aos péssimos desempenhos dos anos anteriores. Sectorialmente, o destaque pela positiva vai para o setor tecnológico e financeiro, pela negativa o setor de matérias-primas e energético. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas seguiram a mesma tendência, as bolsas americanas bateram novos recordes durante o semestre e fecharam com desempenho positivo, com o S&P a ganhar +8,2%, apesar de esta evolução ser em grande parte anulada pela desvalorização do dólar. Sectorialmente, destaque pela positiva para o setor tecnológico e saúde. Negativamente para o setor energético e de telecomunicações.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO 1º SEMESTRE 2017 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	+4,4 %	-5,8 %
Rússia	MICEX	-15,8 %	-19,5 %
Estados Unidos	S&P 500	+8,2 %	+0,0 %
Austrália	ASX 200	+1,0 %	-0,7 %
Japão	NIKKEI 25	+4,8%	+0,6 %
China	HANG SENG	+17,1 %	+7,5 %
Reino-Unido	FTSE	+2,4 %	-0,3 %
França	CAC 40	+5,3 %	+5,3 %
Alemanha	DAX	+7,4 %	+7,4 %
Zona Euro	EUROSTOXX 50	+4,6 %	+4,6 %
Espanha	IBEX 35	+11,7 %	+11,7 %
Portugal	PSI 20	+10,1 %	+10,1 %
Itália	MIB	+7,0 %	+7,0 %

Dados Bloomberg 2017, moeda local / Euros

No Japão também, a valorização de 4,8% do seu índice foi contrabalançada pela depreciação do Yen face ao Euro de 4,2%, tal como para o Reino-Unido, com uma subida modesta de 2,4% equivalente à depreciação da Libra face ao Euro de 2,8%. Os países emergentes registaram desempenhos positivos, com o Índice MSCI Emerging Markets a valorizar 17,2% enquanto que para os mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets subiu 11,7%.

OBRIGAÇÕES: O INÍCIO DA NORMALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS

Após 1 ano em constante adiamento, a FED iniciou em dezembro de 2016 um novo ciclo de subida da taxa de juro. Esta decisão serviu de mote para mais 2 subidas ao longo do 1.º semestre deste ano. Poderá haver mais uma subida até ao final do ano se se verificar uma conjuntura favorável. Na zona euro, o processo de normalização está bem mais atrasado, começando com uma redução do plano de compras mensais de 60 mil milhões euros para 40 mil milhões euros no mês de Março. No final deste semestre, o BCE anunciou que prevê para breve o fim do quantitative easing, no entanto a subida da taxa de juro diretora apenas deverá começar só em Março de 2018. Esta perspetiva reflete-se nas subidas das yields das dívidas governamentais da Suíça, Alemanha, França e dos EUA. Portugal e Grécia fazem exceção a esta regra, num contexto de melhoria substancial das suas situações orçamentais e com a perspetiva, para Portugal, de reentrada na categoria "Investment grade" para breve. Nos Estados-Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos finalizou o semestre nos 2,3%. No Reino Unido, as yields terminaram o semestre em 1,26%, em pleno período de grande indefinição quanto às condições de saída da União Europeia.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO A 10 ANOS

	30 de Dezembro de 2016	30 de Junho de 2017
Estados Unidos	2,4 %	2,3 %
Alemanha	0,2 %	0,5 %
França	0,7 %	0,8 %
Itália	1,8 %	2,2 %
Espanha	1,4 %	1,5 %
Portugal	3,8 %	3,0 %
Grécia	7,1 %	5,4 %
Reino-Unido	1,2 %	1,3 %
Suíça	-0,2 %	0,0 %

Dados Bloomberg 2017

MATÉRIAS-PRIMAS: PERDA DE FORÇA DAS ENERGÉTICAS

Na generalidade, as matérias-primas registaram um semestre de perdas, tendo o indexante Bloomberg Commodity Index desvalorizado 5,6%. No entanto, os seus membros tiveram comportamentos bem distintos. Devido ao seu peso, o maior destaque vai para a cotação do petróleo que perdeu 17%. Em sentido inverso, a performance do Ouro apresentou um movimento ascendente de 7%. Destacamos também o comportamento de outros players relevantes nesta categoria de ativo: prata, milho e soja +3%, cobre +7%, gás natural -15%.

DIVISAS: EURO FORTE FACE AOS PRINCIPAIS PARES CAMBIAIS

No que diz respeito às divisas, o euro ganhou força face aos principais pares cambiais. Perante a instabilidade política americana, o euro apreciou 7,9% face ao dólar. A Libra depreciou 3,2% num contexto de incerteza quanto ao seu futuro após a saída da União Europeia. Realce ainda para a depreciação do franco suíço e lene face ao euro em (2,3% e 4,9% respetivamente).

DESEMPENHO DO FUNDO NO 1º SEMESTRE DE 2017

No primeiro semestre de 2017, o fundo Optimize Europa Valor registou um desempenho positivo, e fechou o semestre com um valor da unidade de participação de 1.364,6999€, ou seja uma rentabilidade de +5,4% face a 31 de Dezembro de 2016 e com uma volatilidade de 8,6% (nível de risco: 4).

Desde a criação do fundo Optimize Europa Valor, em 1 de Julho de 2013, em 31 de Dezembro de 2010, em que a unidade de participação valia 1 000.000€, até 30 de Junho de 2017 a performance anualizada foi de 4,9%.

1.2 Características principais do Fundo

Entidade Gestora	Optimize Investment Partners SGFIM, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo n.º 21 4.º 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte n.º 508 181 321
Início de Atividade do fundo	31 de Dezembro de 2010
Política de Rendimentos	de Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão	1,80 %
Comissão de Depositário	de 0,20 %
Entidade Depositária	Banco Invest, SA
Objetivo do fundo	O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos seus participantes o acesso à valorização real do capital a longo prazo, através da gestão de uma carteira diversificada de ativos, nos mercados Europeus.
Política investimento	de O fundo tem uma política de investimento diversificada, essencialmente através de obrigações (ou fundos de obrigações) e ações (ou fundos de ações) no âmbito dos limites de investimento definidos no prospeto do fundo. Tratando-se de um fundo flexível, não foram definidos limites para o investimento global em ações ou obrigações, o gestor podendo a todo o momento ajustar a sua exposição a cada uma dessas classes de ativos sem limites inferiores ou superiores.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO COMPARATIVA

O fundo tem como parâmetro de referência a Taxa Euribor a 12 meses acrescida de 400 pontos base.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARADA DESDE INÍCIO DO FUNDO



Valores em euros

PERFORMANCES COMPARADAS DESDE INÍCIO DO FUNDO

Performance	Fundo	Índice Referência
1º Semestre 2017	5,4%	2,0%
2016	0,0%	4,0%
2015	9,9%	4,4%
2014	1,0%	5,5%
2013	16,3%	4,6%
2012	16,3%	5,2%
2011	-13,8%	5,9%

VOLATILIDADES COMPARADAS DESDE INÍCIO DO FUNDO

Volatilidade	Fundo	Índice Referência
1º Semestre 2017	8,6%	0,0%
2016	11,1%	0,0%
2015	12,2%	0,0%
2014	13,1%	0,0%
2013	10,2%	0,0%
2012	11,2%	0,0%
2011	19,7%	0,0%

NÍVEIS DE RISCO COMPARADOS DESDE INÍCIO DO FUNDO

Nível de Risco	Fundo	Índice Referência
1º Semestre 2017	4	1
2016	5	1
2015	5	1
2014	5	1
2013	5	1
2012	5	1
2011	6	1

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ATIVOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

Repartição por Classe de Ativos	
Ações	73,5%
Obrigações do Estado	9,5%
Obrigações de Empresas	9,6%
Futuros	0,0%
Tesouraria	7,5%

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 30 DE JUNHO DE 2017

Repartição Geográfica	
França	30,5%
Alemanha	14,4%
Portugal	9,9%
Espanha	7,5%
Europa	7,5%
Suíça	4,0%
Itália	3,3%
Polónia	2,9%
Holanda	2,0%
Suécia	2,0%
Outros	16,0%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Principais Posições	Valor	%
Amundi ETF EasterEur	819 685,00 €	7,5%
OT PGB 4.125% 4/2027	721 409,80 €	6,6%
Obrig Poland 07/2027	316 025,90 €	2,9%
Deutsche Lufthansa	315 811,25 €	2,9%
Michelin	291 000,00 €	2,7%
Faurecia	277 937,50 €	2,5%
Valeo	265 455,00 €	2,4%
Zodiac Aerospace	251 750,00 €	2,3%
Credit Agricole	239 445,00 €	2,2%
Bayer	237 720,00 €	2,2%
BBVA	217 950,00 €	2,0%
BNP Paribas	216 295,80 €	2,0%
BMW	215 392,00 €	2,0%
Banco Santander	214 304,00 €	2,0%

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
1º Semestre 2017	10 933 131,27 €	8 011,38102	1 364,6999 €
2016	9 703 612,76 €	7 493,08547	1 295,0090 €
2015	9 385 539,35 €	7 248,39751	1 294,8434 €
2014	7 365 761,43 €	6 253,28540	1 177,9026 €
2013	4 366 316,22 €	3 741,91439	1 116,8669 €
2012	1 268 990,65 €	1 264,90695	1 003,2285 €
2011	991 322,48 €	1 149,62737	862,2990 €

Valores 2011 a 2016 em 31 de Dezembro, Valor 1º Semestre de 2017 a 30 de Junho

HISTÓRICO DE CUSTOS

	2017	2016	2015
Comissão de Gestão	93 136,61 €	80 714,01 €	77 796,27 €
Comissão de depósito	10 348,59 €	8 968,24 €	8 664,06 €
Custos de Transação	7 636,58 €	8 996,83 €	9 538,30 €
Comissões suportadas pelos participantes	- €	- €	- €
Comissões de Subscrição	- €	- €	- €
Comissões de Resgate	- €	- €	- €
Proveitos	1 352 832,03	1 519 944,86 €	1 897 421,65 €
Custos	815 468,70	2 175 529,28 €	1 195 599,81 €
Valor Líquido Global	10 933 131,26	8 940 615,17 €	9 230 407,28 €

Dados a 30 de Junho de 2017, 2016 e 2015

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

Pelo Conselho de Administração da Optimize Investment Partners SGFIM SA,

Lisboa, 25 de Agosto de 2017

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

2017							2016		2017				2016	
Código	ATIVO	Nota	Ativo Bruto	+	-	Ativo líquido	Ativo líquido	Código	CAPITAL E PASSIVO	Nota				
	Outros ativos								Capital do OIC					
32	Ativos fixos tangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61	Unidades de Participação	1	8 011 381,02	7 493 085,47		
33	Ativos intangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62	Variações Patrimoniais	1	1 426 660,90	1 252 240,60		
	Total de outros ativos das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64	Resultados Transitados	1	957 726,01	946 290,56		
	Carteira de títulos							65	Resultados Distribuídos		0,00	0,00		
21	Obrigações	3	2 073 971,80	6 561,00	28 749,16	2 051 783,64	1 121 064,47	67	Dividendos antecipados das SIM		0,00	0,00		
22	Ações	3	6 206 048,94	1 164 086,49	158 812,45	7 211 322,98	7 461 852,06							
23	Outros títulos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66	Resultado líquido do exercício	1	537 363,33	11 435,45		
2411	OICVM de obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total do capital do OIC		10 933 131,26	9 703 052,08		
2412	OICVM de ações	3	637 249,93	182 435,07	0,00	819 685,00	689 069,00							
2414	OICVM de tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48	Provisões acumuladas					
2413	Outros OICVM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481	Provisões para encargos		29 584,74	77 893,95		
25	Direitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de provisões acumuladas		29 584,74	77 893,95		
26	Outros instrumentos de dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
	Total da carteira de títulos		8 917 270,67	1 353 082,56	187 561,61	10 082 791,62	9 271 985,53		Terceiros					
	Outros ativos							422	Rendimentos a pagar aos participantes		0,00	0,00		
31	Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423	Comissões a pagar	10	20 839,23	18 576,43		
	Total de outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424+...+429-421	Outras contas de credores		0,00	0,00		
	Terceiros							43	Empréstimos obtidos		0,00	0,00		
41+519-559	Contas de devedores	10	0,00	0,00	0,00	0,00	66 710,00	44	Pessoal		0,00	0,00		
	Total dos valores a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	66 710,00	46	Acionistas		0,00	0,00		
	Disponibilidades								Total dos valores a pagar		20 839,23	18 576,43		
11	Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Acréscimos e diferimentos					
12	Depósitos à ordem	3	869 245,70	0,00	0,00	869 245,70	459 619,13	55	Acréscimos de custos		0,00	0,00		
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56	Receitas com proveito diferido		0,00	0,00		
14	Certificados de depósito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58	Outros acréscimos e diferimentos	10	0,00	11 600,00		
18	Outros meios monetários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59	Contas transitórias passivas		0,00	0,00		
	Total das disponibilidades		869 245,70	0,00	0,00	869 245,70	459 619,13		Total de acréscimos e diferimentos passivos		0,00	11 600,00		
	Acréscimos e diferimentos													
51	Acréscimos de proveitos	10	14 414,20	0,00	0,00	14 414,20	12 807,81							
52	Despesas com custo diferido	10	17 103,72	0,00	0,00	17 103,72	0,00							
58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
59	Contas transitórias ativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
	Total de acréscimos e diferimentos ativos		31 517,92	0,00	0,00	31 517,92	12 807,81							
	Total do Ativo		9 818 034,29	1 353 082,56	187 561,61	10 983 555,24	9 811 122,47		Total do Capital do OIC e do Passivo		10 983 555,24	9 811 122,47		
	Número total de unidades de participação em circulação		8 011,38				7 493,09		Valor unitário da unidade de participação		1364,6999	1294,9341		

2.2 Demonstração dos Resultados em 30 de Junho de 2017 e 2016

EUR				EUR			
Código	CUSTOS E PERDAS	2017	2016	Código	PROVEITOS E GANHOS	2017	2016
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e custos equiparados				Juros e proveitos equiparados		
711+...718	De operações correntes	2,17	0,00	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos	17 511,95	12 234,69
719	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00	811+814+817+818	De operações correntes	0,00	0,00
	Comissões e taxas			819	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	6 328,92	5 968,25		Rendimento de títulos e outros ativos		
724+725+726+727+728	Outras operações correntes	110 243,47	95 911,11	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos	185 577,93	202 803,59
729	De operações extrapatrimoniais	1 307,66	3 028,58	829	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
	Perdas em operações financeiras				Ganhos em operações financeiras		
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	315 819,12	1 082 386,82	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	950 874,38	279 210,65
731+734+738	Outras operações correntes	1 443,56	20 802,92	831+834+837+838	Outras operações correntes	0,00	3 140,59
739	Em operações extrapatrimoniais	332 776,58	918 415,18	839	Em operações extrapatrimoniais	198 867,68	1 022 555,32
	Impostos				Reposição e anulação de provisões		
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais	44 760,92	46 855,60	851	Provisões para encargos	0,00	0,00
7412+7422	Impostos indirectos	319,86	369,93				
7418+7428	Outros impostos	2 466,44	1 790,89				
75	Provisões do exercício						
751	Provisões para encargos	0,00	0,00	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0,09	0,02
77	Outros Custos e Perdas Correntes	0,00	0,00				
	Total dos custos e perdas correntes (A)	<u>815 468,70</u>	<u>2 175 529,28</u>		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)	<u>1 352 832,03</u>	<u>1 519 944,86</u>
79	Outros Custos e Perdas das SIM	0,00	0,00	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	0,00	0,00
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores incobráveis	0,00	0,00	881	Recuperação de incobráveis	0,00	0,00
782	Perdas extraordinárias	0,00	0,00	882	Ganhos extraordinários	0,00	0,00
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores	0,00	0,00	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	0,00	0,00
788	Outros custos e perdas eventuais	0,00	0,00	888	Outros proveitos e ganhos eventuais	0,00	0,00
	Total dos custos e perdas eventuais (E)	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
63	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00				
66	Resultado líquido do período (positivo)	<u>537 363,33</u>	<u>0,00</u>	66	Resultado líquido do período (negativo)	<u>0,00</u>	<u>655 584,42</u>
	TOTAL	<u>1 352 832,03</u>	<u>2 175 529,28</u>		TOTAL	<u>1 352 832,03</u>	<u>2 175 529,28</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	831 816,22	-594 106,14	F - E	Resultados Eventuais	0,00	0,00
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	-135 216,56	101 111,56	B + D + F - A - C - E + 74	Resultados Antes de Impostos	584 910,55	-606 568,00
B - A	Resultados Correntes	537 363,33	-655 584,42	B+D+F-A-C-	Resultado Líquido do Período	537 363,33	-655 584,42
				E+7411/8+7421/8			

2.3 Contas Extrapatrimoniais em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

EUR				EUR			
Código	DIREITOS SOBRE TERCEIROS	2017	2016	Código	RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	2017	2016
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista	0,00	0,00	911	À vista	0,00	0,00
912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00	912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00
913	Swaps cambiais	0,00	0,00	913	Swaps cambiais	0,00	0,00
914	Opções	0,00	0,00	914	Opções	0,00	0,00
915	Futuros	0,00	0,00	915	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00	921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00
922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00	922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00
923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00	923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00
924	Opções	0,00	0,00	924	Opções	0,00	0,00
925	Futuros	0,00	0,00	925	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções	0,00	0,00	934	Opções	0,00	0,00
935	Futuros	0,00	0,00	935	Futuros	0,00	655 400,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	655 400,00
	Compromissos de Terceiros				Compromissos com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00	941	Subscrição de Títulos	0,00	0,00
944	Valores recebidos em garantia	0,00	0,00	942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00
945	Empréstimos de títulos	0,00	0,00	943	Valores cedidos em garantia	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Total dos direitos	0,00	0,00		Total das Responsabilidades	0,00	655 400,00
99	Contas de Contrapartida	0,00	655 400,00	99	Contas de Contrapartida	0,00	0,00

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

	EUR	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	882 485,96	3 238 909,64
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	189 420,02	2 933 815,27
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	<u>693 065,94</u>	<u>305 094,37</u>
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros activos	3 806 648,17	6 938 770,99
Reembolso de títulos	0,00	0,00
Rendimento de títulos e outros activos	201 483,49	261 377,71
Juros e proveitos similares recebidos	0,00	17 453,18
Outras taxas e comissões	0,00	0,00
Outros recebimentos relacionados com a carteira	0,00	390 015,27
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros activos	3 983 516,43	7 193 583,58
Juros e custos similares pagos	17 132,89	14 770,67
Comissões de bolsas suportadas	0,00	2 290,05
Comissões de corretagem	5 685,29	10 153,03
Outras taxas e comissões	3 028,25	5 987,96
Outros pagamentos relacionados com a carteira	0,00	390 000,00
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>-1 231,20</u>	<u>-9 168,14</u>
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	834 419,12	4 070 005,49
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	415 250,00	2 366 019,96
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	209 670,00	294 833,36
Pagamentos:		
Operações cambiais	835 673,53	4 077 716,51
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	500 230,00	2 457 542,17
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	202 880,00	257 520,75
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>-79 444,41</u>	<u>-61 920,62</u>
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	0,00	0,00
Pagamentos:		
Comissão de gestão	91 261,01	164 085,07
Comissão de depósito	10 140,19	18 231,69
Juros devedores de depósitos bancários	2,17	12,33
Impostos e taxas	99 485,39	77 180,12
Outros pagamentos correntes	1 875,00	3 750,00
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>-202 763,76</u>	<u>-263 259,21</u>
Saldo dos fluxos de caixa do período	409 626,57	-29 253,60
Disponibilidades no início do período	<u>459 619,13</u>	<u>488 872,73</u>
Disponibilidades no fim do período	<u>869 245,70</u>	<u>459 619,13</u>

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei 124/2015 de 7 de Julho.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e Taxas".

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

As 17 horas representam o momento relevante do dia para:

- Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
- A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Bloomberg.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;

f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

REGIME FISCAL

O Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de Janeiro, procedeu à reforma do regime de tributação dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC), a qual foi aplicado a partir de 1 de Julho de 2015.

Até 30 de Junho de 2015, aplicou-se o regime previsto pelo artigo 22º dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, na sua redação prévia à introduzida pelo Decreto-Lei n.º 7/2015. Assim, todos os rendimentos realizados nesse período serão apurados de acordo com as regras previstas no anterior 22.º do EBF, devendo o correspondente IRC ser entregue até Outubro de 2015. A partir de 1 de Janeiro de 2015, ainda se deve atender às alterações introduzidas pela Reforma do IRS, nomeadamente a respeito da consideração como mais ou menos-valias de determinados rendimentos que, até 31 de Dezembro de 2014, configuravam rendimentos de capitais, nomeadamente resgates de unidades de participação de OIC, forwards e swaps.

- De 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2015
Manteve-se aplicável o regime fiscal que vigorava até 31 de Dezembro de 2014, devendo o correspondente IRC ser entregue até Outubro de 2015.
- A partir de 1 de Julho de 2015, aplica-se o novo regime fiscal dos Organismos de Investimento Coletivo, nas seguintes condições:
 - IRC nos OIC: os OIC passam a apurar um resultado fiscal, correspondente ao resultado líquido do exercício, o qual não deve considerar os seguintes rendimentos, e gastos ligados aos mesmos rendimentos de capitais (artigo 5.º do CIRS), rendimentos prediais (artigo 8.º CIRS) e mais ou menos-valias (artigo 10.º do CIRS), exceto se provenientes de paraísos fiscais, Rendimentos, incluindo os descontos, relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os OIC's. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, no prazo de 12 anos, com o limite (atual) de 70% do lucro. Sobre a matéria coletável é aplicada a taxa geral do IRC (atualmente, 21%). Os OIC estão isentos de derrama municipal e derrama estadual. Caso aplicável, é devida tributação autónoma sobre os encargos elegíveis, às taxas gerais. Não existe obrigação de efetuar retenção na fonte quanto aos rendimentos obtidos pelos OIC.
 - IR aos Participantes: Retenção IR na fonte aos participantes aquando da distribuição ou resgate de rendimentos, às taxas atuais, no caso de participantes residentes, de 28% (pessoas singulares) e de 25% (pessoas coletivas). No caso de não residentes, se não residente num paraíso fiscal, está prevista uma isenção para os rendimentos de unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário.

- Imposto de Selo: os OIC abrangidos pelo regime do novo 22.º do EBF são sujeitos passivos de imposto do selo, passando a haver tributação trimestral de 0,0125%, incidente sobre a média dos valores comunicados à CMVM ou divulgados pelas entidades gestoras, com exceção do valor de ativos relativos a UP de OIC abrangidos pelo novo 22.º do EBF.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2017

	Saldo em 31.12.2016	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em 30.06.2017
Valor base	7 493 085,47	658 955,76	140 660,21	0,00	0,00	0,00	8 011 381,02
Diferença para o valor base	1 252 240,60	223 530,11	49 109,81	0,00	0,00	0,00	1 426 660,90
Resultados acumulados	946 290,56	0,00	0,00	0,00	11 435,45	0,00	957 726,01
Resultado líquido do exercício	11 435,45	0,00	0,00	0,00	-11 435,45	537 363,33	537 363,33
	9 703 052,08	882 485,87	189 770,02	0,00	0,00	537 363,33	10 933 131,26
Número de unidades de participação	7 493,09	658,96	140,66	0,00	0,00	0,00	8 011,39
Valor da unidade de participação	1 294,9341	1 339,2187	1 349,1379	0,0000	0,0000	0,0000	1 364,6999

PARTICIPANTES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Participantes em 30.06.2017	
Superior a 25%	0
De 10% a 25%	2
De 5% a 10%	0
De 2% a 5%	6
De 0,5% a 2%	17
Inferior a 0,5%	239
Total	264

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2017	Março	10 556 177,69	1344,4930	7 851,41859
	Junho	10 933 131,27	1364,6999	8 011,38102
2016	Março	9 204 753,31	1218,9603	7 551,31484
	Junho	8 940 615,17	1204,5846	7 422,15612
2015	Março	9 266 031,39	1332,2615	6 955,11455
	Junho	9 230 407,28	1291,3209	7 148,03548

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2017

Ativo	Valor Aquisição	Mais Valias	Menos Valias	Valor Carteira	Juros corridos	Soma
1- VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
11-Mercado Capitais						
111-Títulos de Renda Fixa						
1111-Div. Púb. Taxa Fixa						
Obrig Poland 07/2027	314 446,69 €	- €	6 134,62 €	308 312,07 €	7 713,83 €	316 025,90 €
OT PGB 4.125% 4/2027	702 875,00 €	6 561,00 €	- €	709 436,00 €	11 973,80 €	721 409,80 €
Sub-total	1 017 321,69 €	6 561,00 €	6 134,62 €	1 017 748,07 €	19 687,63 €	1 037 435,70 €
11121-Div. Priv. Taxa Fixa						
Obrig Abibb 02/19	177 816,84 €	- €	2 296,34 €	175 520,50 €	1 378,18 €	176 898,68 €
Obrig Orange 02/19	181 402,71 €	- €	4 147,18 €	177 255,53 €	1 927,80 €	179 183,33 €
Obrig Telefoni 07/19	196 255,93 €	- €	8 136,40 €	188 119,53 €	4 720,69 €	192 840,22 €
Obrig Vodafone 02/18	176 094,22 €	- €	1 143,29 €	174 950,93 €	956,60 €	175 907,53 €
Obrig EDF 01/2019	178 414,48 €	- €	2 631,10 €	175 783,38 €	1 653,72 €	177 437,10 €
Obrig Renault 4/2018	146 665,93 €	- €	4 260,23 €	142 405,70 €	1 193,30 €	143 599,00 €
Sub-total	1 056 650,11 €	- €	22 614,54 €	1 034 035,57 €	11 830,29 €	1 045 865,86 €
112-Títulos de Renda Variável						
1121-Ações						
Anheuser-Busch InBev	85 002,88 €	6 871,62 €	- €	91 874,50 €	- €	91 874,50 €
Credit Agricole	150 317,92 €	89 127,08 €	- €	239 445,00 €	- €	239 445,00 €
Ahold Delhaize NV	147 815,00 €	- €	31 237,64 €	116 577,36 €	- €	116 577,36 €
Atos Origin	148 050,00 €	24 010,00 €	- €	172 060,00 €	- €	172 060,00 €
Bayer	198 036,00 €	39 684,00 €	- €	237 720,00 €	- €	237 720,00 €
BBVA	212 150,52 €	5 799,48 €	- €	217 950,00 €	- €	217 950,00 €
BMW	175 231,77 €	40 160,23 €	- €	215 392,00 €	- €	215 392,00 €
BNP Paribas	149 734,56 €	66 561,24 €	- €	216 295,80 €	- €	216 295,80 €
Cap Gemini	135 857,55 €	17 958,45 €	- €	153 816,00 €	- €	153 816,00 €
Continental	176 723,20 €	6 558,30 €	- €	183 281,50 €	- €	183 281,50 €
Corticeira Amorim	106 561,83 €	60 618,17 €	- €	167 180,00 €	- €	167 180,00 €
CRH PLC	186 798,98 €	- €	16 436,48 €	170 362,50 €	- €	170 362,50 €
Daimler	90 768,00 €	7 455,50 €	- €	98 223,50 €	- €	98 223,50 €
Vinci	148 787,00 €	23 092,00 €	- €	171 879,00 €	- €	171 879,00 €
Faurecia	174 980,30 €	102 957,20 €	- €	277 937,50 €	- €	277 937,50 €
Valeo	197 925,00 €	67 530,00 €	- €	265 455,00 €	- €	265 455,00 €
Societe Generale	142 319,71 €	68 733,09 €	- €	211 052,80 €	- €	211 052,80 €
Infineon Technologie	149 452,26 €	11 367,24 €	- €	160 819,50 €	- €	160 819,50 €
ING Groep	94 316,91 €	9 873,09 €	- €	104 190,00 €	- €	104 190,00 €
Deutsche Lufthansa	184 579,01 €	131 232,24 €	- €	315 811,25 €	- €	315 811,25 €
LafargeHolcim Ltd	183 922,43 €	- €	13 004,43 €	170 918,00 €	- €	170 918,00 €
Marine Harvest	149 349,24 €	8 909,30 €	- €	158 258,54 €	- €	158 258,54 €
Michelin	210 550,81 €	80 449,19 €	- €	291 000,00 €	- €	291 000,00 €
Nordea Bank AB	188 448,18 €	25 066,62 €	- €	213 514,80 €	- €	213 514,80 €
Nestle	134 127,02 €	41 476,82 €	- €	175 603,84 €	- €	175 603,84 €
Novartis	95 802,54 €	- €	889,45 €	94 913,09 €	- €	94 913,09 €
Novo Nordisk A/S	151 637,18 €	5 821,87 €	- €	157 459,05 €	- €	157 459,05 €
Renault	132 354,09 €	2 370,91 €	- €	134 725,00 €	- €	134 725,00 €
Safran	127 575,00 €	40 929,00 €	- €	168 504,00 €	- €	168 504,00 €
Banco Santander	210 001,00 €	4 303,00 €	- €	214 304,00 €	- €	214 304,00 €
SAP	139 288,50 €	74 704,50 €	- €	213 993,00 €	- €	213 993,00 €
Siemens	165 455,00 €	- €	13 814,00 €	151 641,00 €	- €	151 641,00 €
Sonae SGPS	139 308,90 €	55 491,10 €	- €	194 800,00 €	- €	194 800,00 €
Telefonica	218 796,40 €	- €	20 864,20 €	197 932,20 €	- €	197 932,20 €
Telecom Italia	216 813,75 €	- €	10 773,75 €	206 040,00 €	- €	206 040,00 €
PSA Peugeot Citroen	91 341,00 €	42 266,25 €	- €	133 607,25 €	- €	133 607,25 €
Veolia Environnement	145 193,89 €	- €	2 743,89 €	142 450,00 €	- €	142 450,00 €
Yoox Net-A-Porter	149 877,00 €	2 709,00 €	- €	152 586,00 €	- €	152 586,00 €
Zodiac Aerospace	300 798,61 €	- €	49 048,61 €	251 750,00 €	- €	251 750,00 €
Sub-total	6 206 048,94 €	1 164 086,49 €	158 812,45 €	7 211 322,98 €	- €	7 211 322,98 €
1129-ETF's						
11291-ETF's Ações						
Amundi ETF EasterEur	637 249,93 €	182 435,07 €	- €	819 685,00 €	- €	819 685,00 €
Sub-total	637 249,93 €	182 435,07 €	- €	819 685,00 €	- €	819 685,00 €
Total	8 917 270,67 €	1 353 082,56 €	187 561,61 €	10 082 791,62 €	31 517,92 €	10 114 309,54 €

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0,00			0,00
Depósitos à ordem	459 619,13			869 245,70
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas de disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	459 619,13	0,00	0,00	869 245,70

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

TERCEIROS - ATIVO

	2017	2016
Juros a receber de depósitos ordem	0,00	0,00
Margens iniciais em operações Futuros	0,00	54 760,00
Ajustes de margens em operações de Futuros	0,00	11 600,00
Operações de bolsa a regularizar	0,00	0,00
Outros valores pendentes de regularização	0,00	350,00
	0,00	66 710,00

TERCEIROS - PASSIVO

	2017	2016
Subscrições pendentes	0,00	0,00
	0,00	0,00
Imposto sobre mais valias	0,00	0,00
Comissão de gestão a pagar	16 375,92	14 500,32
Comissão de auditoria	1 153,13	1 153,13
Comissão de depósito a pagar	1 819,54	1 611,14
Taxa de supervisão	131,20	129,05
Imposto do Selo	1 359,44	1 182,79
	20 839,23	18 576,43
Operações de bolsa a regularizar	0,00	0,00
Imposto a liquidar sobre dividendos	0,00	0,00
	20 839,23	18 576,43

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVO

	2017	2016
Proveitos a receber de:		
Carteira de títulos	14 414,20	12 807,81
Outros Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00
Despesas com custo diferido	17 103,72	0,00
Outros acréscimos e diferimentos		
Operações cambiais a liquidar	0,00	0,00
	31 517,92	12 807,81

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

	2017	2016
Taxa de supervisão	0,00	0,00
Taxa IES	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Outros acréscimos de custos	0,00	11 600,00
	0,00	11 600,00

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL**POSIÇÕES CAMBIAIS ABERTAS EM 30 DE JUNHO DE 2017**

Moedas	À Vista	A Prazo				Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções		
CHF	295 675,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295 675,00
DKK	1 170 960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 170 960,00
NOK	1 514 740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 514 740,00
PLN	1 302 896,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 302 896,00
SEK	2 058 240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 058 240,00
USD	1 180 041,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 180 041,40
Contravalor Euro	2 142 096,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 142 096,96

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO**EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO EM 30 DE JUNHO DE 2017**

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-patrimoniais (B)				Saldo (A)±(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	317 356,63 €	- €	- €	- €	- €	317 356,63 €
de 1 a 3 anos	716 678,94 €	- €	- €	- €	- €	716 678,94 €
de 3 a 5 anos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
de 5 a 7 anos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
mais de 7 anos	1 017 748,07 €	- €	- €	- €	- €	1 017 748,07 €

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Ações e Valores Similares	Montante (Euro)	Extra-patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	7 211 322,98	0,00	0,00	7 211 322,98
Fundos de Ações	819 685,00	0,00	0,00	819 685,00
Total	8 031 007,98	0,00	0,00	8 031 007,98

NOTA 14 - QUADRO DE PERDAS POTENCIAIS LIGADAS AO RISCO DE DERIVADOS

PERDAS POTENCIAIS EM 30 DE JUNHO

	2017		2016		2015	
VAR com derivados	- €	0,00%	2 168 563,00 €	22,35%	1 773 727,62 €	18,90%
VAR sem derivados	- €	0,00%	2 351 778,14 €	24,24%	1 890 116,41 €	20,14%
VLG do Fundo	10 933 131,27 €		9 703 052,09 €		9 385 539,35 €	

Dados em 30 de Junho de 2017, 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Nos termos do Regulamento da CMVM 6/2013, tendo por base princípios de prudência e de adequação à situação concreta de Fundo e tendo em conta alterações substanciais recentes registada na volatilidade dos mercados, para o cálculo da perda potencial máxima que o património do Fundo está exposto, foi utilizado o cálculo do VaR da Bloomberg.

NOTA 15 – TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	93 136,61 €	0,893%
Comissão de depósito	10 348,59 €	0,099%
Taxa de Supervisão	755,81 €	0,007%
Custos de Auditoria	2 306,26 €	0,022%
Outros Custos Correntes	1 092,82 €	0,010%
TOTAL	107 640,09 €	
TAXA ENCARGOS CORRENTES (TEC)		1,032%

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Optimize Europa Valor - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível** (adiante também designado por Fundo), gerido pela **Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA** (adiante também designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 10 983 555 euros e um total de capital do fundo de 10 933 131 euros, incluindo um resultado líquido de 537 363 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Optimize Europa Valor - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível**, em 30 de junho de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 92% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira ou por métodos de avaliação alternativos, para o caso de títulos não cotados, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras (que remete para a seção Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas).</p>	<p>Validação da valorização dos títulos em carteira e do respetivo cálculo das mais e menos valias potenciais à data de referência das demonstrações financeiras, com base informação constante do Portal da Bloomberg e dos boletins de cotação, no caso de títulos cotados. Validação da adequacidade da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados. Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira no sistema informático que alimenta os registos contabilísticos.</p>
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Prospeto do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Análise dos procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculo dos limites legais e regulamentares e verificação do impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/autorização da CMVM em caso de incumprimento.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Entidade Gestora para o exercício de 2011. Em 1 de junho de 2017 fomos nomeados para o triénio de 2017 a 2019;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 28 de agosto de 2017;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria; e
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de agosto de 2017



Pedro Aleixo Dias, em representação de

BDO & Associados - SROC

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)